



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 6294/2020/MMA

Brasília, 15 de setembro de 2020.

À Primeira-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
Praça dos Três Poderes, Edifício Principal, Térreo, sala 27  
70160-900 – Brasília/DF

**Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 1410/2020 – Requerimento de Informação 940/2020.**

Senhora Primeira-Secretária,

1. Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/ n.º 1410/2020, o qual veicula, entre outros, o Requerimento de Informação nº 940/2020, da Deputada Erika Kokay (PT/DF), sobre “o processo de recomposição da Comissão de Ética do Ministério do Meio Ambiente (CE-MMA).
2. Em 13 de julho de 2020, foi editada a Portaria nº 308, de 13 de julho de 2020, por meio da qual o Ministro de Estado do Meio Ambiente designou os novos membros da Comissão de Ética do Ministério do Meio Ambiente que até então contava com apenas dois membros suplentes.
3. A edição da Portaria nº 308, de 13 de julho de 2020, atendeu todas as exigências previstas na legislação, tendo previsto em seu art. 2º a revogação expressa da Portaria nº 358, de 6 de setembro de 2018, nos termos do art. 8º supra, respeitando o mandato dos membros ainda possuidores de mandato e deixando a cargo da nova Comissão a nomeação do novo Secretário-Executivo, em obediência ao §1º do art. 3º da Portaria MMA nº 140, de 6 de maio de 2009.
4. Para melhor demonstrar a legalidade dos atos, seguem os dispositivos que regem a matéria, senão vejamos:

**Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994**

**CAPÍTULO II Das Comissões de Ética**

(...)

**XVII** - Cada Comissão de Ética, integrada por três servidores públicos e respectivos suplentes, poderá instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a princípio ou norma ético-profissional, podendo ainda conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra o servidor público, a repartição ou o setor em que haja ocorrido a falta, cuja análise e deliberação forem recomendáveis para atender ou resguardar o exercício do cargo ou função pública, desde que formuladas por autoridade, servidor, jurisdicionados administrativos, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas.

(...)

**Art. 5º** Cada Comissão de Ética de que trata o Decreto nº 1171, de 1994, será integrada por três membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo dirigente máximo da respectiva entidade ou órgão, para mandatos não coincidentes de três anos.

**Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública: (...)**

**Art. 11.** Os membros da Comissão de Ética cumprirão mandatos, não coincidentes, de três anos, permitida uma única recondução. § 1º Os mandatos dos primeiros membros e dos respectivos suplentes serão de um, dois e três anos, estabelecidos em portaria designatória.

(...)

**Portaria nº 140, de 6 de maio de 2009**

(...)

**Art. 2º** A Comissão de Ética do Ministério do Meio Ambiente será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, servidores públicos ocupantes de cargo efetivo ou emprego do seu quadro permanente, designados por ato do Ministro.

(...)

§ 5º Não poderá integrar a Comissão servidor enquanto estiver respondendo a Processo Administrativo Disciplinar, nem aquele que tiver penalidade registrada em seu assentamento individual, observando os termos do art. 131, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 6º Na ausência de membro titular, o respectivo suplente deve imediatamente assumir suas atribuições.

(...)

5. No que concerne à competência, a leitura da legislação supra transcrita demonstra claramente competir ao Ministro de Estado do Meio Ambiente a designação dos membros da CE/MMA, não havendo qualquer regra a determinar a submissão da sua decisão às indicações de quem quer que seja, inclusive da própria CE/MMA.

6. Nesse sentido, não há que se falar em ilegalidade na edição da Portaria que designou os novos membros, visto que observou o ordenamento jurídico, em especial, as condições previstas na legislação de regência acima transcrita, senão vejamos:

- a) servidores ou empregados do quadro permanente do Ministério do Meio Ambiente;
- b) não responder a Processo Administrativo Disciplinar; e,
- c) não ter penalidade registrada em seu assentamento individual, observando os termos do art. 131, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

7. Com relação à Secretaria-Executiva da CE/MMA, esclarecemos que esta tem como finalidade o apoio técnico e material para o funcionamento da Comissão, sendo vedado ao Secretário-Executivo ser membro da CE/MMA, portanto, trata-se de atividade de suporte, sem participação nas decisões da Comissão.

Atenciosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**RICARDO SALLES**

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 15/09/2020, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0623326** e o código CRC **AFD74E51**.

---

Processo nº 02000.004813/2020-56

SEI nº 0623326

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>, [sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone: (61)2028-1206